

OS CIDADÃOS “INVISÍVEIS” DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: A RUA COMO UM LOCAL DE MORADIA

Luiz Henrique Mateus Lima¹

Resumo: Lugar de reunião, de mistura e de interações, a rua é também, em última instância, o lugar onde as pessoas que já não dispõem mais de opções se veem obrigadas a viver. Em São José do Rio Preto, detectou-se, na década de 2010, um rápido aumento no número de novos moradores de rua, que se concentram no centro histórico e nas importantes avenidas da cidade em busca de dinheiro, comida, roupas etc. O objetivo deste trabalho é compreender o que vem sendo feito para auxiliar essas pessoas que vivem em condições precárias. Para isso, traremos contribuições de dois lados distintos: o poder público local e um movimento sem ligação com instituições políticas ou religiosas. No caso rio-pretense, veremos que as limitações para lidar com os sem-teto são um problema frequente, que torna difícil um atendimento completo para todos.

Palavras-chave: São José do Rio Preto; moradores de rua; pobreza.

THE “INVISIBLE” CITIZENS OF SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP: THE STREET AS A PLACE OF RESIDENCE

Abstract: A place of reunion, mixture and interaction, the street is also, ultimately, the place where people who no longer have options are forced to live. In São José do Rio Preto, in the decade of 2010, there was a rapid increase in the number of new homeless people, who are concentrated in the historic downtown and in the important avenues of the city in search of money, food, clothes etc. The objective of this work is to understand what has been done to help these people who live in precarious conditions. For that, we will bring contributions from two different sides: the local public power and a movement without connection with political or religious institutions. In the case of Rio Preto, we will see that the limitations to deal with homeless people are a frequent problem, which makes it difficult to provide complete treatment for all.

Keywords: São José do Rio Preto; homeless; poverty.

INTRODUÇÃO

Segundo Carlos (2008, p. 50), o primeiro “aspecto que chama a atenção quando se observa a paisagem urbana é o choque de contrastes, das diferenças”. A autora ressalta que estes “contrastos” variam “desde o tipo de utilização que se faz da cidade à diferença entre as mesmas utilizações, isto é, a diversidade dos usos do solo e dentro de cada uso”. Nesse contexto, a posse do capital é determinante para

¹ Doutorando em Geografia pela USP (SP). Email: luizlimahm@gmail.com

definir quem terá acesso às melhores áreas da cidade, ou seja, quem dispõe de melhores condições poderá ocupar áreas bem servidas, enquanto que, para aqueles que estão em situação inferior, restará as áreas desvalorizadas. Contudo, para os que sequer contam com o básico, as ruas serão o destino provável.

Nesse contexto da apropriação desigual que é identificada nas cidades, os acessos às diferentes porções do espaço são identificados por Bourdieu (2012, p. 163, grifos do autor) a partir dos “ganhos de localização” e dos “ganhos de posição ou de classe”, conforme veremos abaixo:

Os ganhos do espaço podem tomar forma de *ganhos de localização*, eles mesmos susceptíveis de serem analisados em duas classes: as rendas [...] que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e de bens raros e cobiçados (como os equipamentos educacionais, culturais ou de saúde); os *ganhos de posição ou de classe* (como os que estão assegurados por um endereço prestigioso), caso particular dos ganhos simbólicos de distinção que estão ligados à posse monopolística de uma propriedade distintiva (as distâncias físicas podem ser medidas segundo uma métrica espacial, ou melhor, temporal, na medida em que os deslocamentos tomam um tempo mais ou menos longo segundo as possibilidades de acesso aos meios de transporte, públicos ou privados, o poder que o capital, sob suas diferentes formas, dá sobre o espaço é, também, ao mesmo tempo, um poder sobre o tempo).

Assim, como ressaltamos anteriormente, as pessoas têm acesso à cidade obedecendo circunstâncias distintas, que variam sobretudo segundo as condições financeiras. Dessa forma, as diferenças são perceptíveis a todos, visto que estão em todos os lugares. Carlos (2008, p. 52) observa que por todos os lados podemos encontrar indícios que mostram que a presença da “disparidade, a desigualdade entre o ‘rico’ e o ‘pobre’ e entre este último e a ‘miséria absoluta’ daqueles que moram embaixo das pontes ou nos bancos das praças”, ou seja, “a disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infraestrutura, na roupa e rostos (na rudez ou suavidade de traços)”.

As ruas trazem exemplos dessas disparidades, pois se tornam moradias de pessoas que perderam tudo. Esses indivíduos, que vivem em suas casas de papelão, são evitados sobretudo por aqueles que dispõem de melhores condições e que podem se isolar nos seus condomínios, onde é simulada uma ideia de “cidade ideal”, ou seja, em que não há a presença de pobreza extrema que perturba a visão. Ao mesmo tempo, essas medidas adotadas pelos segmentos mais abastados, de se afastar das áreas que não os agradam, negam o papel da cidade e do urbano como “uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Neste trabalho, nosso objetivo será abordar a questão dos moradores de rua, cujo rápido aumento no número de pessoas que vivem nessa condição foi notado na década de 2010 em São José do Rio Preto. A Prefeitura, ciente da situação, coloca em prática as políticas de atendimento, que são importantes, mas que se mostram insuficientes para a quantidade de sem-teto que existem. Nesse contexto, aparecem então outros movimentos, ligados a instituições religiosas ou não, que prestam serviços complementares e que, não raramente, são até mais eficientes.

Escrever este artigo traz também desafios. Há um número considerável de pesquisas sobre os moradores de rua, mas elas foram realizadas em sua maioria

em áreas fora da Geografia, como, por exemplo, o Serviço Social, a Antropologia, as Ciências Sociais, a Psicologia, a Sociologia etc. Quando analisamos então o caso de Rio Preto, a situação é mais grave, visto que há poucos e antigos estudos. Os textos que existem foram publicados nos primeiros anos da década de 1990. Dessa forma, visamos também, com este trabalho, contribuir para com esse assunto e mesmo estimular que outros pesquisadores busquem novos pressupostos, visto que essa é uma questão atual que vem se destacando na cidade.

Como procedimentos metodológicos essenciais, realizamos entrevistas com a Secretária da Habitação de Rio Preto, para compreender as ações do governo municipal², e com o coordenador do projeto “Rio Preto Invisível”, sem vínculos com instituições religiosas ou políticas. Consultas em Teses, Dissertações, livros e artigos acadêmicos foram realizadas para dar um embasamento teórico ao trabalho, assim como buscaremos informações em fontes jornalísticas e oficiais da Prefeitura. Este artigo está estruturado em dois tópicos: no primeiro, faremos algumas considerações sobre os sentidos e os diferentes usos das ruas; no segundo, abordaremos a questão dos sem-teto de São José do Rio Preto.

A RUA: SEUS SENTIDOS E USOS

Espaço público por essência, a rua pode ter usos distintos. Num sentido geral, é o lugar das reuniões, dos encontros, da passagem etc. Segundo Gomes (2012, p. 27), ela é “multifuncional”, ou seja, há “uma infinidade de possibilidades de apresentar e de justificar a presença nesse espaço”.

As funcionalidades existem, mas não são exclusivas. A rua, talvez, seja o único lugar onde o ócio, a simples observação, a ação inespecífica se confunde com um comportamento funcional sem que nenhum deles se veja obrigado a declarar sua intenção. Basta estar lá; isso é uma imediata legitimidade.

A rua, conforme Lefebvre (2002, p. 310) aponta, representa o “cotidiano em nossa vida social”. Nesse contexto, é o lugar da “passagem, da interação, do movimento e comunicação”. Assim:

[...] torna-se o microcosmo da vida moderna. Se algo está oculto, arranca-o da escuridão. Torna público. Ele rouba sua privacidade e a arrasta para o palco de um teatro espontâneo, onde os atores improvisam uma peça sem roteiro. A rua pega o que está acontecendo em outro lugar, em segredo, e a torna pública. Ele muda de forma e o insere no texto social.

Com o passar do tempo e com as mudanças de comportamento dos cidadãos, há mudanças visíveis da forma com que as ruas são utilizadas. Este lugar de passagem e de reunião passa a ser utilizado de formas distintas, que frequentemente os desvalorizam e diminuem a sua importância. O filósofo francês Henri Lefebvre frequentemente faz menções aos diferentes usos da rua. O autor, na obra “A Revolução Urbana”, traz dois posicionamentos, a favor e contra a rua, que

² Devido a algumas exigências, não conseguimos entrevistar a Secretária de Assistência Social de São José do Rio Preto. Todavia, foi possível encontrar, sobretudo no portal eletrônico da Prefeitura Municipal, informações sobre as ações que são realizadas.

mostram como ela passa de um lugar de reunião a um lugar em que as interações enfraquecem, conforme veremos abaixo:

A favor da rua. É o lugar (topia) dos encontros, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. *Contra a rua.* Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. A rua não permite a constituição de um grupo, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças,...), invadiu a cidade inteira. A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação pelos pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos (LEFEBVRE, 1999, p. 27-8, grifos do autor).

Em síntese, é uma citação grande, mas que traz a ascensão e o declínio de um espaço público, antes privilegiado como um lugar de encontros, e que, posteriormente, sobretudo pela generalização da mercadoria e distanciamento entre as pessoas, torna-se um lugar de passagem, cujas interações diminuem entre os cidadãos. Para melhor elucidar os diferentes significados e usos da rua, o Quadro 1, abaixo, traz alguns exemplos:

Quadro 1. Diferentes significados e usos da rua.

Lugar de passagem dos cidadãos	Realizado pelos cidadãos que se deslocam, indo e vindo do local de trabalho, por exemplo, desde as primeiras horas do dia.
Troca de mercadorias	Onde se concentram os vendedores ambulantes que trabalham, legalmente ou não, assim como os feirantes.
Lugar de reivindicação	Onde há a concentração de pessoas que promovem manifestações políticas a favor e contra figuras distintas.
Lugar que traz sinais da segregação social	Quando são visíveis as diferentes condições de acesso dos cidadãos, destacando a presença de uma hierarquia espacial.
Lugar de encontro entre os cidadãos	Prática que é visível nos parques e praças, onde as pessoas de diferentes segmentos podem interagir.
Lugar de moradia	Ocupada por aqueles que já não tem mais condições de pagar por uma casa.

Fonte: Adaptado de Carlos (2007, p. 53).

Em síntese, se, conforme Sennett (2014, p. 78) ressalta, a cidade é um “meio no qual estranhos podem se encontrar”, esses encontros são em sua maioria realizados nas ruas. Todavia, conforme visto no quadro apresentado acima, a rua também traz sinais das desigualdades existentes nas cidades, como, por exemplo, nos indícios da segregação expressa pelo acesso diferenciado e, em última instância, no uso da rua como moradia para quem não tem condições de arcar com os custos do aluguel de uma casa.

Nesse contexto, Harvey (2014, p. 48) ressalta que as disparidades na distribuição de riqueza e poder cada vez mais se traduzem nas cidades, que, nas palavras do autor, se transformam “em cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante”. Dessa forma, os efeitos são vistos sobretudo nas ruas, que, com a proliferação dos condomínios, são abandonadas pelos segmentos mais abastados, que evitam esses lugares em que a pobreza está implícita. Assim, Gomes (2014, p. 185) ressalta que os espaços públicos, agora evitados, tornam-se ocupados pelos mais pobres, ou seja, esses espaços são transformados “cada vez mais numa espécie de passarela para o espetáculo da pobreza. Mendicância, prostituição, comércio ambulante de mercadorias baratas ou contrabandeadas são assim tolerados, sem muitas queixas”.

A seguir, abordaremos a situação dos moradores de rua de São José do Rio Preto e das ações que são realizadas visando oferecer melhores condições para essas pessoas.

OS MORADORES DE RUA EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

As cidades, cada vez mais populosas e desiguais, reúnem e também separam as pessoas, e isso se expressa principalmente nos lugares onde até então deveriam existir as interações, como é o caso das ruas, por exemplo. Segundo Santos (2012, p. 33), a “proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita os contatos humanos não-funcionais”.

A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em grandes aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.

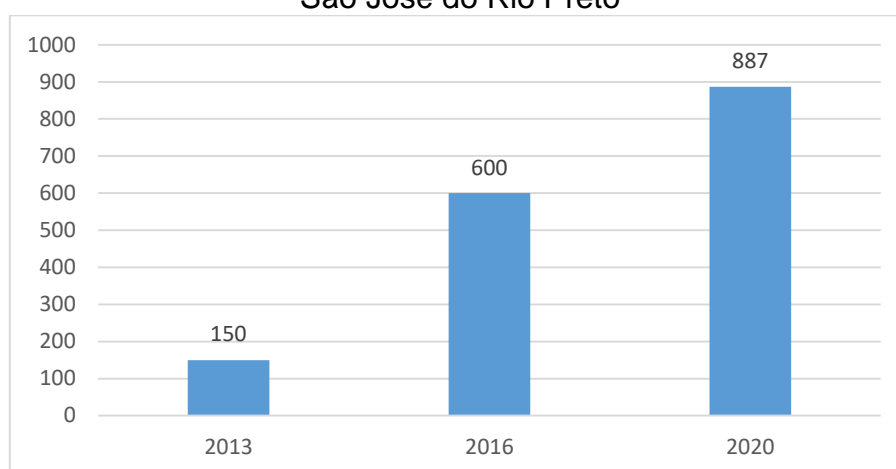
Essa separação é facilmente perceptível entre ricos e pobres quando observamos as diferentes formas de moradia. Dessa forma, os grupos mais abastados podem viver em condomínios fechados, por exemplo, que são bem localizados e trazem uma realidade distinta, excluindo a pobreza que existe do lado de fora. Sennett (2018, p. 249) ressalta que, nesse caso, “os moradores isolados não se sentem estimulados pelas condições externas; as trocas entre diferentes comunidades raciais, étnicas e de classe são fracas”. Por outro lado, quem não dispõe das mesmas condições se resigna a viver em bairros distantes, em loteamentos populares – legais ou ilegais – ou, em última instância, nas favelas. Todavia, os moradores de rua expressam também essa separação, pois para eles sequer existe a possibilidade de arcar com uma moradia precária, restando as ruas para viver. Eles são notados, mas ao mesmo tempo são evitados pela maioria, e, ao mesmo tempo, a rua para eles não tem somente o sentido de um espaço público, mas também o de um lugar para morar. Sobre essa questão, Gomes (2012, p. 27) salienta que, para essas pessoas, “é como se, privados de espaços pessoais, eles fizessem do espaço público um espaço do íntimo, subvertendo a vocação essencial do espaço público”.

Nesse contexto, a rua, para Sposati (2009, p. 193), “torna-se um lugar para viver e conviver quando se esgotam as capacidades de autossustento, do convívio familiar e a alta espoliação gerada pela sociedade para homens e mulheres que a ela pertencem”. Para a autora, a rua representa a “destituição da privacidade, a

expressão de vida isolada e nômade. Representa a expressão aguda da quebra de laços de afinidades, de filiações, do pertencimento”.

Em São José do Rio Preto, cidade localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, a preocupação com os sem-teto atravessou toda a década de 2010, sendo acompanhada pela administração municipal e pelos portais de notícias. Em 2013, por exemplo, uma matéria³ mostrava que havia 150 pessoas vivendo nas ruas, enquanto que, em 2016, esse número já estava em 600⁴, e, agora em uma contagem do mês de agosto de 2020, o jornal *Diário da Região*⁵ divulgou, a partir de dados da Prefeitura, a contagem oficial em que existem 887 moradores de rua. O aumento no número total de pessoas vivendo nas ruas acompanha também as crises econômicas e políticas no país, que impactam diretamente no desemprego e na ausência de renda. Para simplificar, o Gráfico 1, a seguir, traz essa variação.

Gráfico 1. Número de moradores de rua em São José do Rio Preto



Fonte: G1 (2013); *O Estado de São Paulo* (2016); *Diário da Região* (2020).

Nota-se um grande aumento entre os anos de 2013 e 2016, quando houve um acréscimo de 450 pessoas vivendo nas ruas, enquanto que entre 2016 e 2020 o crescimento foi de 287 pessoas, menor do que no período anterior, mas ainda sim preocupantes. Os números são altos sobretudo se compararmos Rio Preto com uma cidade de porte maior, como, por exemplo, Campinas, uma metrópole que conta com uma população de 1.204.073 habitantes (IBGE, 2020) e que contabilizou, segundo dados da Prefeitura, 822 pessoas vivendo nas ruas em 2019 (CAMPINAS, 2020). No caso de Rio Preto, são 460.671 habitantes (IBGE, 2020) e 887 sem-teto, ou seja, são números extremamente preocupantes⁶.

É pertinente ressaltar que 887 pessoas vivendo nas ruas é um número elevado, principalmente se pensarmos que eles se concentram sobretudo na região

³ “Assistência Social traça perfil de morador de rua de Rio Preto, SP”, *GI*, 06/04/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/04/assistencia-social-traca-perfil-de-morador-de-rua-de-rio-preto-sp.html> Acesso em: 27 jul. 2020.

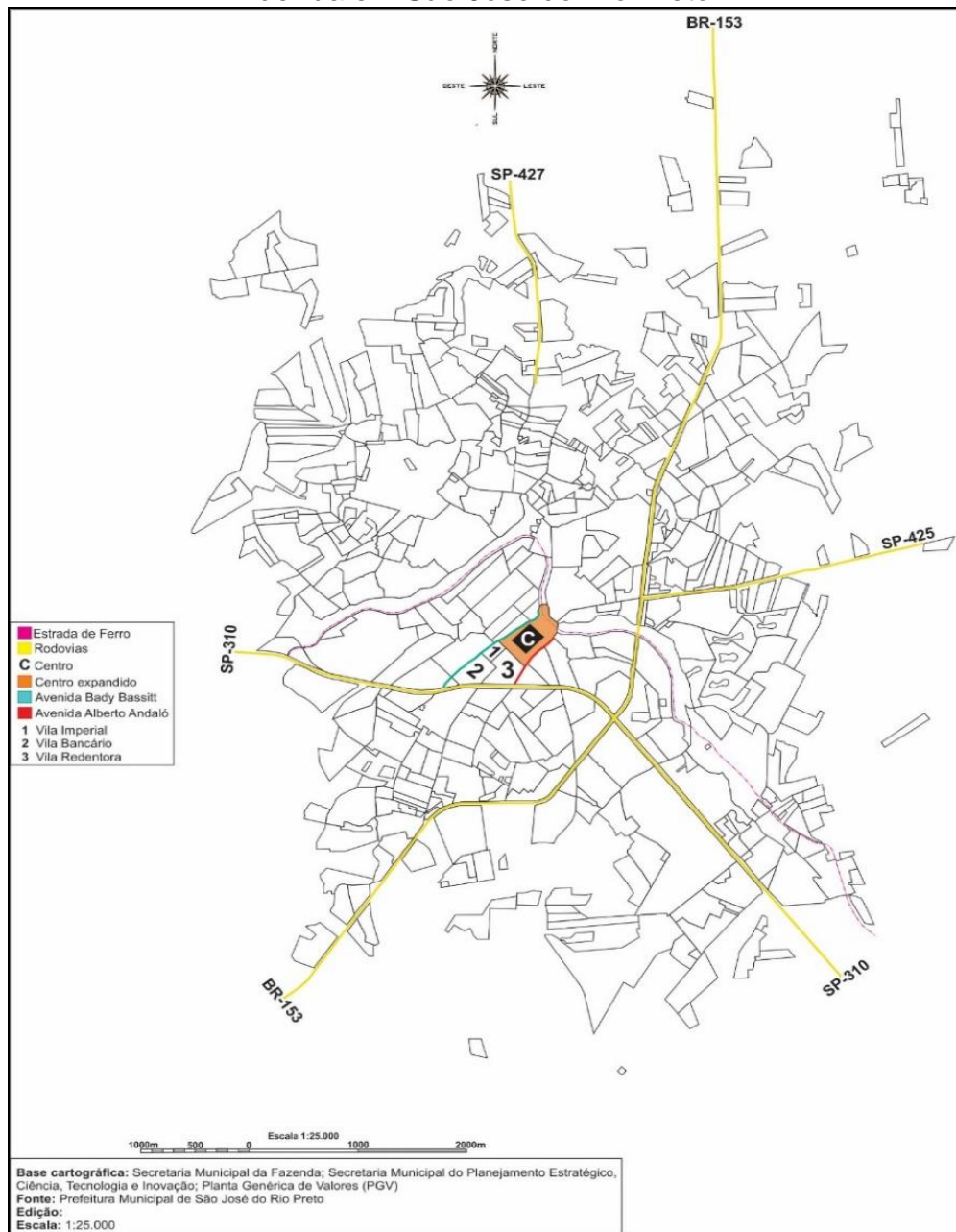
⁴ José Maria Tomazela, “Interior de SP registra aumento no nº de moradores de rua”, *O Estado de São Paulo*, 29/06/2016. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,interior-de-sp-registra-aumento-no-n-de-moradores-de-rua,10000059778> Acesso em: 27 jul. 2020.

⁵ Felipe Nunes, “Cresce o número de moradores de rua em Rio Preto”, *Diário da Região*, 04/08/2020. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/2020/08/1201946-cresce-o-numero-de-moradores-de-rua-em-rio-preto.html>. Acesso em: 07 ago. 2020.

⁶ Na entrevista com o coordenador do projeto Rio Preto Invisível, em 2019, foi ressaltado que a maioria dos moradores de rua são do sexo masculino. Mulheres são apenas 3% e não há crianças.

do centro histórico e se deslocam entre os bairros centrais (Vila Imperial, Vila Bancário e Vila Redentora) e as Avenidas Bady Bassitt e Alberto Andaló, que são as principais e mais antigas vias da cidade. Abaixo, o Mapa 1 traz as áreas que são ocupadas pelos sem-teto.

Mapa 1. Áreas em que há concentração de moradores de rua em São José do Rio Preto.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

Ao longo da década de 2010, a Prefeitura realizou campanhas que incentivaram o fim da prática de dar esmola para aqueles que vivem nas ruas. São ações conhecidas, cujo lema principal é “Dê oportunidade, não esmola” ou “Dar esmola não ajuda, dê oportunidade” (Figuras 1 e 2). Nesse caso, os cidadãos são orientados a encaminhar os sem-teto aos locais de atendimento, onde eles receberão atendimento de psicólogos e outros profissionais.

Figura 1. Campanha contra a esmola realizada em 2012.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto; Secretaria de Assistência Social, 2012

Figura 2. Anúncio da campanha contra esmolas na Avenida Bady Bassitt em 2019.



Fonte: Acervo do autor, 2019

É importante destacar que o pôster da primeira campanha, realizada em 2012, faz um apelo ao fim da esmola, pois, segundo consta, reforça o vício e a violência, além de matar a cidadania, a dignidade e a esperança. Melo (2016, p. 22) faz alguns apontamentos sobre essas campanhas. Segundo a autora, essas ações visam, logicamente, desencorajar que as pessoas deem esmolas, com a ideia de que isso fará os sem-teto procurarem ajuda nos locais de apoio, ou seja, a justificativa utilizada é a de que “quando se dá dinheiro, esse ato estimula que a pessoa continue a viver na rua e se desinteresse da busca para sair dessa situação por meio das instituições assistenciais do município”, assim, “sem dinheiro, a pessoa que vive na rua se verá em necessidade e procurará os serviços assistenciais”. Todavia, a própria administração municipal enfrenta suas limitações:

Este mesmo raciocínio traça uma clivagem entre a “esmola” – ou seja, a doação de dinheiro – de um lado, e, de outro, o atendimento em instituições públicas, as quais são tidas – por campanhas como essa – como o lugar da “cidadania”, da “dignidade”, do “futuro” para as pessoas que vivem nas ruas. Podemos supor que uma campanha municipal como esta tem o objetivo de regular a oferta de esmola na cidade, a fim de trazer para o controle das tramas institucionais locais uma população que, até então, estava fora dela. Seria, portanto, no nível local em que se observa a ação de uma captura de pessoas pelas instituições, de forma que estas estejam abarcadas por suas práticas e sua racionalidade. Mas também é aí em que se observam seus limites, suas dificuldades e os “desafios” para o governo municipal (MELO, 2016, p. 22)

Em uma entrevista realizada com a Secretária da Habitação, foi destacado que há um trabalho em equipe entre as Secretarias Municipais que realizam um

“censo” das pessoas que vivem em situação de rua, visando manter um controle para evitar aumentos.

Nós temos uma força tarefa entre várias Secretarias e nós monitoramos também os moradores. Então a Secretaria de Assistência Social faz o cadastro dos moradores e a gente acompanha a transição do morador de rua, porque você tem vários tipos de moradores. A gente tem o migrante, tem o que é usuário de drogas, tem o que sofre de problemas psicológicos. Tem casos diversos. A rua é um celeiro de situações, então nós não temos uma única característica. A assistência tem feito um trabalho muito legal com os moradores de rua, porque nós não aumentamos [...] a quantidade de moradores de rua. Pelo contrário, está diminuindo.

(Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

Na fala da Secretária da Habitação, chama nossa atenção a parte em que ela ressalta a diminuição do número de pessoas vivendo nas ruas. No Gráfico 1, apresentado anteriormente, nós podemos ver que o número vem aumentando em comparação com o início da década. Durante um mesmo ano, várias contagens são feitas, e nelas esse número realmente varia, podendo aumentar o mesmo diminuir. Contudo, se analisarmos anualmente, veremos que, na verdade, a quantidade de sem-teto aumentou muito em São José do Rio Preto, indo de 150 no ano de 2013 para 887 em 2020.

A orientação geral é para que os moradores de rua sejam encaminhados ao Centro POP, localizado na área central de Rio Preto, ou aos albergues localizados também no centro. No entanto, conforme ressaltamos anteriormente, a Prefeitura também enfrenta dificuldades na assistência aos sem-teto. A administração municipal tropeça na falta de pessoas, de tempo e de instalações que possam atender a todos de maneira igual, principalmente no que tange aos atendimentos dos psicólogos, que não conseguem dedicar tempo suficiente para cada pessoa. Além disso, os albergues são temporários, e logo que os indivíduos saem destes locais eles voltam para sua antiga moradia nas ruas. O coordenador do projeto Rio Preto Invisível⁷, em entrevista, destaca as boas ideias que o poder público tem para o atendimento, mas também aponta as dificuldades em transformar isso em realidade:

A ideia é muito boa. O que eles tentam fazer é muito bom, principalmente os serviços de assistência social e de psicologia. É basicamente o que a gente começou a fazer em Rio Preto. A gente tem ideia de instituir um departamento de psicologia também dentro desse outro ciclo. A ideia é boa, a teoria é ótima, mas não funciona. O que a gente mais vê eles reclamando são dos serviços prestados na Prefeitura. Primeiro que não atende a demanda. É muita gente. A demanda é muito grande, então você pensa num grupo de conversa, de psicologia, você vai conversar com dez pessoas, o que já é muito, e é difícil você conversar com gente em situação de rua, com muitos traumas, muitos problemas. E esse tipo de tratamento demanda muito tempo. Pro cara fazer um tratamento completo, ele precisaria

⁷ Conforme destacamos na Introdução, para este trabalho priorizamos entrevistar um agente ligado à administração municipal, que é o caso da Secretária da Habitação, e um sem vínculos com instituições religiosas ou políticas, nesse caso, o coordenador do projeto Rio Preto Invisível.

de um tempo, e as outras pessoas ficariam à deriva. Elas [as psicólogas] trabalham muito dentro daquilo que o tempo permite e que as condições permitem, mas infelizmente a demanda é muito grande e não é fácil lidar com pessoa em situação de rua.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

Várias das pessoas que vivem nas ruas são oriundas de cidades, estados e regiões distintas do Brasil. São frequentes os casos de pessoas que vem a Rio Preto em busca de trabalho, mas, ao chegar, se deparam justamente com a dificuldade em encontrar emprego, ou então há os que conseguem trabalho, mas, ao serem demitidos, se veem sem auxílio para conseguir arcar com aluguel ou mesmo voltar para suas cidades, restando, como última opção, a rua. Não à toa, entre diferentes definições, Neves (1983) denomina uma pessoa que vive nessa situação como “um trabalhador que não deu certo”.

Contudo, há também casos de pessoas que, ao receberem a liberdade no Centro de Detenção Provisória, se deslocam para Rio Preto pelo simples fato de não ter condições de voltar para suas cidades. Essas situações são mencionadas pelos dois entrevistados, que justificam de maneira diferente as motivações:

[...] a hora que as pessoas saem do CDP [Centro de Detenção Provisória] elas não têm a passagem para voltar à sua cidade de origem, então eles são colocados na rua, e muitos deles vêm a pé para Rio Preto, que é um dos pontos mais próximos, e aí eles ficam na rua, sem orientação. Então hoje a gente está estreitando a relação para a hora que for colocar essas pessoas, que elas forem ter a liberdade, que seja feito um trabalho de acolhimento para que ele vá retornar para a própria família, já que muitos deles vêm de outras cidades, para evitar esse tipo de situação.

(Secretária da Habitação de São José do Rio Preto, 20/03/2019)

O Centro de Detenção Provisória citado pela entrevistada está localizado no sentido Norte, fora da cidade, ao lado da BR-153, a 15 km da região central de Rio Preto, área em que eles mais se concentram. Há inclusive transporte coletivo que passa em frente ao local e leva as pessoas para o terminal central. Na entrevista que foi realizada com o coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, foi destacado que existem outros motivos para que os ex-detentos, ao saírem do CDP, migrem para a região central, e um deles é a forma com que os moradores em situação de rua são tratados na cidade.

A rua em Rio Preto é muito generosa. Tanto a rua em si e as pessoas que tão na rua, quanto os serviços que são prestados para as pessoas que tão em situação de rua. A gente tem projeto em Natal, Fortaleza, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro etc. Então são todas cidades grandes e às vezes não é dado o suporte que Rio Preto tem para essas pessoas. Então, pensando no sentido amplo do negócio, Rio Preto oferece condições para o cara comer, oferece condições para o cara dormir, oferece condições para o cara tomar banho, só que isso são condições básicas para qualquer ser humano. Para o cara conseguir sair dessa situação, ele tem que estar com tudo isso preenchido. E essa é a forma com que a gente toca o projeto. O cara tem que ter a certeza de onde ele vai comer,

onde ele vai tomar banho, onde ele vai dormir. Ele tem que estar com tudo isso resolvido.

Essas outras cidades não têm isso que Rio Preto tem. Aqui tem o Centro POP, aqui tem gente servindo comida na rua, tem o albergue sendo construído na Andaló [Avenida]. Então Rio Preto é uma referência para essas pessoas ficarem, para, quem sabe, elas conseguirem sair dessa situação. Em Rio Preto é muito rotativo o número de pessoas na rua, justamente por isso. O cara está em situação de rua em outra cidade, mas ele não tem onde comer nem onde dormir, aí ele vem pra Rio Preto, que aqui ele encontra essas coisas.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

É importante ressaltar que o projeto Rio Preto Invisível é uma Organização Não Governamental (ONG). É um movimento que começou em São Paulo e que foi posteriormente replicado em outras cidades. Em cada localidade existe um coordenador e os demais membros. Em Rio Preto, o entrevistado ressaltou que existem 34 colaboradores divididos em diferentes funções que vão desde assuntos jurídicos aos que vão para as ruas em busca de contato com as pessoas que vivem nessa situação.

No trecho citado acima, o entrevistado cita um albergue localizado na Avenida Alberto Andaló. Trata-se do Viamor House Church, projeto ligado a entidades evangélicas que inaugurou o empreendimento em 2019 e hoje oferece estadia temporária e refeições, além de atendimento psicológico e outras atividades. Há também a menção ao Centro POP, que é o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Este espaço foi criado pela Secretaria de Assistência Social e está localizado na Rua Antônio de Godoy, 2839, na região central, pois é o eixo que concentra o maior número de pessoas em situação de rua na cidade. Nele os sem-teto encontram um lugar que serve, entre outras coisas, refeições e atendimento psicológico, além de ser um lugar onde eles podem cuidar da higiene etc., contudo, é importante ressaltar que o atendimento é realizado de segunda à sexta-feira a partir das 08:00 horas até às 17:00 horas somente. Geralmente, quando o Centro POP encerra os serviços do dia, é a vez de outras pessoas darem atenção aos sem-teto, como, por exemplo, os colaboradores do projeto Rio Preto Invisível que, conforme o coordenador destacou, foi criado a partir da ideia de um movimento semelhante que existe em São Paulo e que hoje já existe em outras cidades do país. Entre os objetivos do projeto está o de tratar a pessoa que vive nas ruas da forma como elas devem ser tratadas, ou seja, como um ser humano normal que passa por necessidades ao invés de um pária. Conforme o coordenador nos relata:

[Quais são os princípios do projeto?]

O principal é tratar a pessoa que está em uma situação diferente da nossa da forma como ela deve ser tratada. E eu acho que o leque disso aí abrange muita coisa. O principal é o tratamento devido que essa pessoa deve receber e essa condição de ser humano que a gente tenta dar para ela, que, conseqüentemente pela situação que ela se encontra, acaba se perdendo.

De início, a gente não era um projeto assistencialista. Nossa ideia no início não era assistir ninguém com roupa, comida, enfim, qualquer tipo de assistência. A ideia era só dar visibilidade e criar esse vínculo, esse laço, com a pessoa, de modo que a gente vá para a rua e consiga ter esse relacionamento com ela. Então tudo que o projeto é hoje ultrapassou a nossa meta. Hoje a gente consegue internação para quem quer internação; hoje a gente consegue mandar gente embora para casa; hoje a gente consegue cirurgias.

Enfim, várias coisas que eu posso citar aqui que não eram a ideia do projeto no começo. A ideia era ouvir histórias e dar visibilidade, e nós do projeto criamos esse vínculo. Só que hoje o vínculo aumentou não com todos, mas com alguns.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

No trecho acima, foi destacada a parte em que o entrevistado fala sobre as cirurgias que foram conseguidas para alguns moradores de rua. O projeto Rio Preto Invisível posta frequentemente, através das suas contas do Facebook e no Instagram, alguns relatos obtidos diretamente com os sem-teto. Dessa forma, outras pessoas podem conhecer as histórias dos necessitados e ajudá-los da maneira que for possível. As “novas tecnologias da informação”, segundo Castells (2016, p. 77), “estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”. Nesse contexto, as redes sociais são cada vez mais importantes como instrumentos de informação, visto que as postagens que são feitas podem viajar para todas as partes das cidades, dos estados, dos países e do mundo imediatamente. Para isto basta ter acesso à internet. Dessa forma, a partir de outra contribuição de Manuel Castells:

[...] a transformação mais profunda da internet veio na primeira década do século XXI, na mudança da interação de indivíduos e corporações na internet, no uso do e-mail, por exemplo, para a construção autônoma das redes sociais controladas e guiadas pelos seus usuários. Dessa maneira, a atividade mais importante na internet ocorre através das redes sociais; além disso, sites de redes sociais (SRS) estão se tornando plataformas para todos os tipos de atividades, não só para relações de amizade ou bate-papo, mas para distribuição de marketing, e-commerce, educação, criatividade cultural, mídia e entretenimento, aplicativos de saúde e ativismo sociopolítico. A chave para o sucesso não é o anonimato, mas o contrário: a auto apresentação de uma pessoa real que se conecta a pessoas reais. Desse modo, são sociedades autoconstruídas pela rede e em conexão a outras redes (CASTELLS, 2017, p. 40).

Assim como acontece com todo tipo de invenção, há os que usam essas tecnologias visando práticas maldosas, como, por exemplo, espalhar informações falsas no caso das redes sociais, mas, felizmente, há também os usos que geram ajuda para os que mais precisam.

Neste caso em questão, ou seja, a ajuda às pessoas que vivem em situação de rua, o uso dessas ferramentas vem trazendo bons resultados para o Rio Preto Invisível, como, por exemplo, com a intervenção médica realizada em uma das pessoas que foram atendidas pelo projeto e que teve sua história publicada nas

redes sociais, chamando a atenção de seguidores que tinham condições de colaborar, conforme veremos abaixo.

A cirurgia do Seu Oswaldo foi a primeira que a gente conseguiu. A gente publicou a história em que ele falou que não enxergava nada andando na rua, e ele precisava de uma cirurgia. Ele explicou toda a história, aí uma amiga minha médica viu a história e falou que conseguia operar ele. Inclusive, essa foi a primeira ajuda do projeto. A gente inaugurou as assistências do projeto com a cirurgia do Seu Oswaldo.

Tudo que a gente consegue desde passagem para reencontrar a família, cirurgia, emprego, hospedagem... tudo que a gente consegue é através de rede social. A gente não vai atrás de nada. Esse é também um dos propósitos do projeto. A ideia é a gente movimentar a sociedade, porque a gente entende a pessoa em situação de rua como inerte. Então a gente quer que a sociedade se mova em direção ao cara, e não que a gente empurre o cara para a sociedade de volta, porque isso é o que a maioria dos projetos sociais fazem e, tipo, isso não gera conscientização nem nada. Então quando essa ajuda parte da pessoa que tem condições de ajudar, isso acaba virando um vínculo com o projeto, com a causa ou com a pessoa propriamente.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

Além desse exemplo, destaca-se que o projeto consegue roupas, passagens para que as pessoas possam voltar para as suas casas, cortes de cabelo etc., assim como há ações de Natal, dia dos pais, dia das mães, festa junina, ou seja, em feriados comemorativos. Para essas ações, o projeto recebe doações de comida e materiais para a organização.

Contudo, a Prefeitura também realiza ações que são necessárias, sobretudo neste momento em que estamos passando pela pandemia do Covid-19. Em maio de 2020, agentes da Secretaria de Assistência Social e do Centro POP distribuíram máscaras para a população de rua (conforme veremos, abaixo, na Figura 2), que, por viver em situações onde é difícil conseguir seguir orientações de higienização, está mais vulnerável à doença, assim como firmou uma parceria com a Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, instituição localizada em Jaci, cidade próxima a Rio Preto, para recebimento dos sem-teto enquanto a crise de saúde pública continua (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2020).

Figura 2. Entrega de máscaras de proteção.



Fonte: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (2020).

A concentração principal é na região central de Rio Preto, conforme já ressaltamos outras vezes neste trabalho, e assim os sem-teto buscam principalmente as fachadas de lojas que tem cobertura para montar seus abrigos. Em outros casos, frequentemente os cadeados de prédios desocupados são quebrados para possibilitar a entrada. É frequente que eles deixem restos de comida, roupas, papelão e vários materiais usados nos dias, assim como cobertores e lençóis. É também visível e perceptível pelos sentidos o mau cheiro, visto que os sem-teto também usam esses espaços para realizar as suas necessidades fisiológicas, ou seja, em dias quentes, o cheiro de urina e de fezes invade as ruas. Há os banheiros públicos, mas estão localizados em áreas distintas e costumam ser fechados em determinados horários para evitar depredações.

A ausência do espaço privado de uma casa traz resultados graves na vida de um sem-teto, que precisa buscar formas de viver sem a possibilidade de ter privacidade, pois estão sempre às vistas de todos. Contudo, Mendes (2007, p. 9) observa que “não são apenas as relações sociais privadas que invadem o espaço público, ou que são invadidas por este. São também as ações fisiológicas que se realizam publicamente”.

Fezes, urina, vômito, pessoas dormindo e acordando invadem o centro da cidade em meio a carros, buzinas, transeuntes, polícia, assistentes sociais, filantropos. Os moradores de rua desenvolvem estratégias de construção da privacidade. Procuram na rua os lugares menos visíveis para dormir, ter relações sexuais, comer, urinar, defecar e vomitar; ocupando os fundos dos viadutos, construindo casas improvisadas, invadindo construções abandonadas.

Alguns comerciantes que são proprietários de prédios que estão fechados, ou mesmo ocupados, visando evitar essa prática, instalam portões nas áreas cobertas (Figura 3), o que também nem sempre é efetivo, conforme o exemplo da Figura 4 abaixo, cuja grade instalada foi cortada para possibilitar a entrada.

Figura 3. Portão instalado pelo proprietário.



Fonte. Acervo do autor, 2022.

Figura 4. Prédio comercial ocupado pelos sem-teto.



Fonte. Acervo do autor, 2022

No início deste tópico, foram destacadas as campanhas realizadas pela Prefeitura desde 2012, que orientam os cidadãos a não darem esmola, mas sim darem oportunidade para aqueles que vivem nas ruas. Dessa forma, a orientação é para que eles sejam encaminhados aos postos de atendimento. Contudo, pontuamos que a própria administração municipal esbarra nas suas próprias dificuldades, visto que não há tempo o suficiente para prestar um atendimento completo à população de rua. Questionado sobre essas ações, o coordenador do projeto Rio Preto Invisível tem um posicionamento crítico a isso:

Eu acho isso uma besteira sem tamanho. Tem uma p... placa lá na frente do Centro POP, onde os caras comem, falando “não dê esmola, dê oportunidade”, mas cadê a oportunidade para o cara? Eu não acredito que comida e roupa vai manter alguém na rua. O problema é muito anterior a isso. O problema é muito antes de um prato de comida chegar ou de uma roupa chegar para o cara.

Então, qual é a vantagem de não dar esmola? Você está ajudando a sociedade de um lado e está piorando o cara de uma outra forma. Quando eu digo que você está ajudando, é porque você está comprando a ideia que a Prefeitura vende, tipo “não dê esmola porque o cara vai usar droga etc.”. Mas você também está estragando a sociedade porque o cara vai conseguir o dinheiro de uma outra forma.

Essa é a pergunta que sempre fazem para a gente: “Isso que vocês fazem não vai manter o cara na rua?”. Eu falo: “O cara já está numa situação de rua, de não ter onde dormir, de estar a céu aberto, exposto a vários tipos de doenças, enfim, tendo que contar com a generosidade de alguém para viver e você vem me dizer que isso que eu faço está errado?”.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

O título deste artigo faz referência aos cidadãos “invisíveis”. A ideia de fazer menção a esse adjetivo veio a partir do nome do projeto Rio Preto Invisível, e também das contradições que ele carrega. No final da entrevista, o coordenador foi questionado qual era o sentido dessa invisibilidade e, para o entrevistado, isto está ligado à como a sociedade enxerga essas pessoas, ou como não enxerga.

O conceito da palavra invisível é tudo aquilo que, pela sua natureza, sua distância ou até pela sua pequenez, te falta a vista. Aquilo que você não consegue ver. A gente percebeu que as pessoas em situação de rua eram invisíveis, mas não é tipo aquela invisibilidade nesse sentido literal da palavra. É aquela condição de invisibilidade social. De que, tipo assim, eu passo pelo cara todo dia, mas ele para mim não é interessante. Eu não quero ver o cara. Alguns até olham e não querem ver, outros são tratados como coisa. É como se fosse uma coisa. É isso que a gente tenta trazer no projeto. É sobre como não ser tratado como coisa, mas como uma pessoa.

(Coordenador do Projeto Rio Preto Invisível, 11/04/2019)

Segundo Sicari (2018, p. 5-6), as pessoas que vivem nas ruas “têm, na maioria das vezes, dificuldade em acessar seus direitos sociais e humanos”. Nesse contexto, a autora ressalta que a “marginalização dessas pessoas faz parte do processo histórico brasileiro de ineficácia de políticas públicas”. Dessa forma:

[...] ao mesmo tempo em que são elaboradas estratégias de saúde e assistência social que legitimam a existência dessas pessoas, também são realizadas ações de controle social que buscam invisibilizá-las. Nesse sentido, as pessoas em situação de rua estão inseridas em um processo que provoca visibilidades e invisibilidades concomitantemente.

Nesse caso, a invisibilidade dessas pessoas, obviamente, não é literal, ou seja, é mais por uma questão de fazer de conta que eles não estão ali, a menos que um te aborde na rua para pedir dinheiro ou comida. É uma tentativa de ignorar um problema ou então, nos casos em que ocorrem ações de retirada dessas pessoas, mover eles para outros lugares “menos visíveis”, ou mais distantes. Eles estão presentes e são notados, visto que são ajudados por alguns transeuntes, mas representam uma situação que as pessoas não gostam de ver, assim, são ignorados, ou tornados “invisíveis”. As cidades são, conforme Kowarick (2000, p. 59) observa, “*locus* de produção e consumo” que, segundo o autor ressalta, abrangem não só a habitação, mas também as demais benfeitorias, como, por exemplo, serviços de água e esgoto, pavimentação etc. No entanto, as desigualdades de acesso são evidentes, o que, conforme o autor observa, expressam “acirradas formas de segregação”. Nesse sentido, as cidades:

[...] contrastam, de maneira radical, as restritas áreas privilegiadas, destinadas aos estratos de médio e alto poder aquisitivo, com imensas zonas onde se avolumam os trabalhadores que não podem pagar o preço de um progresso apoiado na exclusão social e econômica daqueles que levam adiante as engrenagens econômicas (KOWARICK, 2000, p. 59).

Nessa cidade segregada há dois extremos: em um deles está aquele que tem condições de viver bem, em áreas valorizadas, com infraestrutura completa; no outro vive aquele que, por não dispor das mesmas possibilidades, se resigna a viver onde é possível ter um teto pelo mínimo possível, ou seja, nas favelas, nos bairros ocupados pela população pobre etc. Contudo, entre esses dois extremos estão os que sequer podem bancar uma habitação autoconstruída, e para eles há as ruas.

Essa parte da população também está segregada na cidade, visto que foram excluídos da primeira forma de moradia e não tem condições de pagar pela segunda, assim como até mesmo a possibilidade de viver nas favelas são impedidas, pois, como ocorre em São José do Rio Preto, há uma fiscalização da Prefeitura para evitar esse deslocamento das ruas para as ocupações irregulares. Dessa forma, dependem da ajuda de instituições ou grupos religiosos. Segundo Kasper (2006, p. 207-8) sendo “indesejáveis nas ruas e praças, porém impossíveis de serem eliminados de vez, os moradores de rua devem ser administrados de forma a não interferir com os usuários legítimos do espaço público”. O autor cita a “contenção”, ou seja, a manutenção dos sem-teto em áreas onde há uma deterioração nos arredores, visando evitar que eles se desloquem para locais que passam por processos de valorização ou revalorização. Conforme observado:

A contenção consiste assim, na prática, em manter os moradores de rua dentro de uma área definida, geralmente degradada, onde se concentram também as instituições de atendimento à população de rua. É claro que esses espaços de relegação são sempre temporários, podendo mudar conforme a valorização imobiliária da região.

Em Rio Preto, a concentração ocorre no centro da cidade, onde há os locais de atendimento e também numa região que traz em seus edifícios as marcas do tempo e da falta de manutenção. Há vários prédios fechados ou então que mostram deterioração. Por outro lado, a zona Sul vem passando por um processo de valorização com a implantação de novos *shopping centers*, novos condomínios exclusivos, estabelecimentos comerciais etc. Nessa área, é notável a ausência dos moradores de rua, em parte pela distância dos locais de assistência, mas também por serem endereços mais homogêneos e onde há um controle maior, sobretudo próximo aos empreendimentos destinados à moradia.

Por fim, conforme Rodrigues (2017, p. 11) aponta, “de alguma maneira é preciso morar”, visto que “não é possível viver sem ocupar espaço”. Nesse sentido, os moradores de rua existem, não são invisíveis, e podem se deslocar livremente pelas ruas da região central, mas não podem entrar nos enclaves, por exemplo, como os *shopping centers* e os condomínios fechados, pois eles – os sem-teto, os pobres – representam exatamente aquilo que é o motivo da fuga de alguns segmentos para o interior desses espaços exclusivos, onde as ruas foram privatizadas e o acesso é controlado justamente para evitar encontros indesejados. Mesmo na área central, onde frequentemente vivem e também onde há uma certa tolerância, em alguns casos eles são evitados pelos comerciantes e pelos consumidores, pois representam a miséria, o pauperismo, a carência etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades cada vez mais desiguais, e sobretudo nas ruas, a característica de um espaço de reunião, de conflitos ou de simultaneidade, conforme já foi descrita por Henri Lefebvre, vai perdendo essa força conforme as separações entre os cidadãos ocorrem com maior frequência. Conforme vimos, as cidades reúnem e separam as pessoas ao mesmo tempo, e essas disparidades são visíveis para todos.

Em Rio Preto, uma cidade média e capital regional na região Noroeste do estado de São Paulo, as ruas são o endereço de quase 800 pessoas que vivem na

área central ocupando fachadas e prédios desocupados. Ao longo da década de 2010, a cidade passou de 150 para 887 pessoas vivendo em condições precárias nas ruas. Percebe-se que o número aumentou acompanhando inclusive as frequentes crises econômicas e políticas no país, visto que cada vez mais o desemprego também cresce. São números preocupantes, pois estão próximos inclusive ao que foi identificado numa metrópole como Campinas, que contabiliza 822 pessoas. A Prefeitura idealiza campanhas de atendimento aos sem-teto ao mesmo tempo em que tentam desestimular a prática da esmola, contudo, há poucos profissionais para atender o grande número de necessitados, assim como o tempo oferecido não é suficiente para tantas histórias.

Nesse contexto, projetos como o Rio Preto Invisível, que são colocados em prática sem vínculos com igrejas ou representantes políticos, ganham importância, visto que ajudam a complementar o que é feito pelo poder público. Através das redes sociais, que hoje em dia se tornaram ferramentas indispensáveis, o projeto apresenta os casos das pessoas que vivem nas ruas e, pelo alcance que tem, conseguem doações de vários materiais.

São José do Rio Preto é uma cidade que traz sinais das desigualdades desde os primeiros planejamentos, que foram realizados ainda na década de 1950. Ao longo dos anos as disparidades aumentaram e passaram a ser visíveis até mesmo nas ruas. Dessa forma, torna-se importante que diferentes grupos trabalhem juntos visando diminuir os problemas, sobretudo num momento de pandemia em que há tantas pessoas desamparadas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. *et al.* (orgs.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. cap. 11 p. 159-167.

CAMPINAS. Prefeitura Municipal. **Notícias 2020**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=38166> Acesso em: 23 jul. 2020.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 85 p.

_____. **A (re) produção do espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 272 p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 629 p.

_____. **O poder da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 629 p.

GOMES, P. C. da C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. cap. 2, p. 19-43.

_____. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 306 p.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html> Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. **Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-do-rio-preto.html>; Acesso em: 23 jul. 2020.

KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. 225 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 144 p.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 176 p.

_____. **Critique of everyday life – volume II: foundations for a sociology of the everyday**. 1. ed. London: Verso, 2002. 380 p.

MELO, N. M. **A esmola e a rede de proteção: um estudo de instituições assistenciais para as pessoas que vivem nas ruas**. 2016. 391 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MENDES, M. V. B. **Os moradores de rua e suas trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte**. 2007. 124 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

NEVES, D. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 4, p. 15-27, 1983.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 72 p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 96 p.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Prefeitura Municipal. **Secretaria de Assistência Social**. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/social/#assistente-social-departamentos3v> Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. Prefeitura Municipal. **Notícias 2020**. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus-prefeitura-intensifica-acao-para-moradores-em-situacao-de-rua/> Acesso em: 20 jul. 2020.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014. 530 p.

_____. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018. 378 p.

SICARI, A. A. **A cidade, a rua, as pessoas em situação de rua: (in)visibilidades e a luta por direitos**. 2018. 227 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SPOSATI, A. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In: CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da; RODRIGUES, Monica (orgs.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. 1. ed. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 240 p.